

# Infohabitar, Ano XVI, n.º 758

## **Uma habitação globalmente bem integrada, espaçosa, funcional, acessível e segura (Bons espaços e ambientes domésticos II) – Infohabitar # 758**

António Baptista Coelho  
(texto e desenhos)

### **Resumo**

*No artigo desenvolve-se uma reflexão sobre aspetos que caracterizam o que podemos considerar como "bons espaços e ambientes domésticos", abordando-se as matérias espaço-funcionais, também "quase-básicas" na concepção e na vivência habitacional.*

*Essas matérias espaço-funcionais são consideradas em termos da relação da habitação com os seus espaços exteriores envolventes, tendo em conta os aspetos recorrentes da espaciosidade doméstica, diversas facetas da funcionalidade, e as matérias ligadas à acessibilidade e à segurança.*

### **1. Relação da habitação com os espaços exteriores envolventes**

Em uma outra reflexão sobre o que pode ajudar a caracterizar um bom espaço urbano-doméstico regista-se a sua relação com os espaços exteriores envolventes.

De certa forma trata-se aqui de um aspecto duplo, pois tem a ver:

- quer com o aproveitamento arquitectónico doméstico, espaço-funcional direto, das relações entre espaços interiores e exteriores, e a este tema voltaremos pois a sua importância é tal que pode fundamentar boa parte da qualidade de uma dada solução residencial (ex., espaços de transição, pátios, varandas, janelas estratégicas, etc., etc.);
- quer com o aspecto, associado, de aproveitamento doméstico da variedade e do interesse visual e funcional das vistas sobre o exterior (ex., poder acompanhar

com a vista uma criança a brincar na rua, assistir ao movimento urbano junto a uma paragem de autocarro, ver o automóvel estacionado, desfrutar, ao máximo, as vistas urbanas e paisagísticas disponíveis no local etc.) e do ambiente natural e de conforto ambiental que aí pode ser criado (ex., sombreamento, ruído de folhas, encaminhamento de brisas frescas, etc.).

De uma forma global podemos mesmo referir que “no limite” uma adequada concepção urbana e residencial, que se queira marcada pela natureza e/ou por espaços públicos com variadas funcionalidades e espacialidades, pode proporcionar, praticamente, uma expressiva complementaridade entre interiores e exteriores, entre espaços domésticos e espaços de uso público, levando para estes espaços algumas funções também eventualmente possíveis nos espaços domésticos, por vezes, até com eventuais problemas de conforto e/ou de uso (ex., o simples fruir maios ou menos prolongado do espaço exterior, fazer e ver crescer variados tipos de vegetação, usar grelhadores a carvão, etc.).

No entanto uma tal possibilidade de forte e caraterizadora complementaridade entre usos interiores domésticos e usos exteriores mais comuns, harmoniza-se mais com conjugações entre exteriores e edifícios globalmente caraterizados por uma expressiva escala humana (ex., edifícios relativamente baixos, com espaços comuns servindo reduzidos grupos de fogos e conjugados com espaços exteriores de uso público dimensionalmente “recintados” e também, relativamente, pouco extensos e formalmente bem definidos).



*Fig. 01: é sempre essencial considerar a importância que tem a relação com o "exterior habitacional", ou de vizinhança próxima, ou exterior mais diretamente "habitável"; nunca é excessivo chamar a atenção para este condicionalismo, que pode constituir um dos aspetos "chave" na qualificação positiva de uma da intervenção de construção nova ou de reabilitação urbana e habitacional; na imagem, inspirada diretamente, numa excelente integração natural/edificada de uma zona naturalizada (estruturada e pormenorizada numa perspectiva de simulação de um espaço naturalmente arborizado) e edificada do bairro de Olivais Norte em Lisboa, de certa forma a referida envolvente naturalizada é verdadeiramente protagonista, seja pela extensão de usos domésticos que é proporcionada (ex., mesas e grelhadores exteriores) de uma forma bem ligada a espaços comuns plenamente abertos sobre o exterior, seja pela expressiva caracterização de um espaço edificado e residencial quase "embebido" na natureza.*

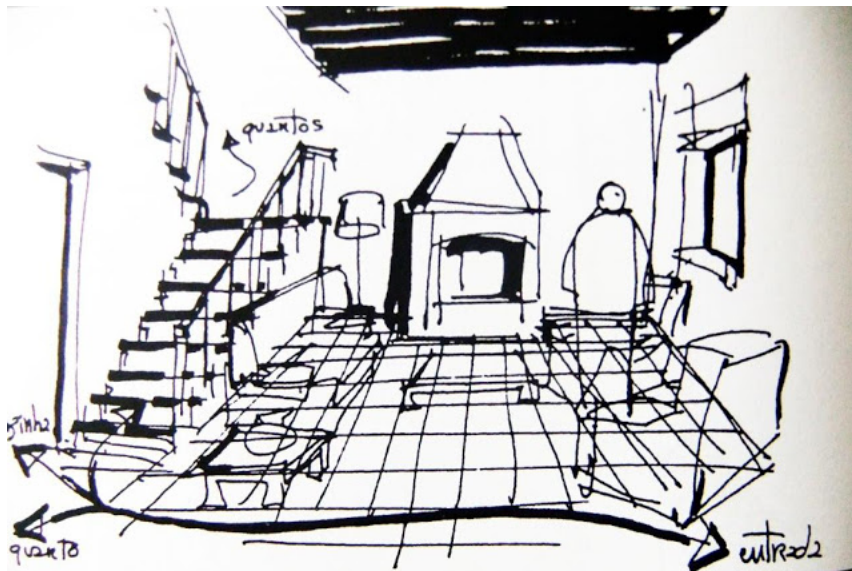
## **2. Espaciosidade doméstica e desafogo espacial**

Depois do conforto ambiental, da imaginação na organização doméstica e da relação entre interior e exterior passemos a um primeiro aspecto, sempre mais objectivo; referimo-nos à qualidade da espaciosidade, aqui considerada na sua perspectiva de desafogo espacial, um aspecto que, como bem sabemos, está sempre presente na apreciação que sempre se faz de uma habitação: a casa é espaçosa, a sala é espaçosa, etc.

A esta matéria voltaremos, quando pensarmos mais um pouco sobre como fazer quartos, salas e outros espaços domésticos globalmente mais agradáveis, mas para já importa, talvez, ter a noção de que:

- há limiares de espaciosidade/desafogo espacial que são fundamentais na própria apreciação que se faz dessa espaciosidade – e, neste sentido, desde já se refere que, é habitualmente considerado que a existência de compartimentos com áreas iguais ou superiores a cerca de 25m<sup>2</sup>, ajudam a qualificar a respectiva habitação como “espaçosa”; (1)
- há dimensões e configurações interiores cuja incoerência funcional e/ou de versatilidade e/ou de imagem anulam até as suas eventuais boas condições de espaciosidade (ex., salas alongadas e estreitas, quartos pequenos e altos, vãos interiores e exteriores que prejudiquem a capacidade de mobiliar/arrumar dos respetivos compartimentos, etc.);

- que a existência de desníveis (de pavimento e diferenças de alturas nos tectos dos compartimentos) pode contribuir, quando bem concebida, para uma leitura atraente do espaço interior, produzindo uma impressão de espaço alargado/dilatado e apoiando a sua diversificação funcional e ambiental (2); embora possa ser, por vezes, pouco funcional e afectando, por regra, condições básicas de acessibilidade;
- e que, pelo contrário, a distribuição de uma habitação em vários níveis distintos (ex., dúplex, triplex ...) pode reduzir o sentimento de desafogo espacial; isto desde que se esteja a considerar condições de espaciosidade global habituais, ou mesmo condições especiais mínimas.



*Fig. 02: sobre as questões associadas à espaciosidade doméstica muito se escreveu, mas talvez falte ainda pensar bastante, designadamente, sobre os aspetos de verdadeira adequação dos diversos subespaços da habitação às suas diversas subfunções e sobre como isto tudo tem a ver com um projeto de arquitetura verdadeiramente qualificado e sensível aos modos como habitualmente se habitam, ocupam e apropriam os espaços domésticos, considerando-se, aqui, uma espécie de “reinvenção” da funcionalidade doméstica, para uma sua positiva redução a “microfuncionalidade” doméstica; e talvez em tudo isto a questão mais “objetiva” das áreas perca, eventualmente, um pouco da sua importância, em favor das questões ligadas aos dimensionamentos, à flexibilidade de uso das diversas zonas, à*

*adaptabilidade geral da habitação e, evidentemente, à essencial qualidade arquitectónica da concepção.*

### **3. Funcionalidades domésticas**

Chegamos, então, à matéria das funcionalidades domésticas, mas, mesmo aqui não iremos fazer uma abordagem corrente dos diversos espaços pois concorda-se com o arquiteto Loïc Julienne, quando este afirma que:

*"A organização da habitação pouco se modificou, enquanto a intrusão do telefone, do computador pessoal (ou doméstico) e, essencialmente, da televisão provocam a justaposição do espaço denso das comunicações diretas no espaço de estar familiar. Esta situação, não sendo traduzida na estrutura e na composição do fogo, pode contribuir para o enfraquecimento da coesão do grupo familiar". (3)*

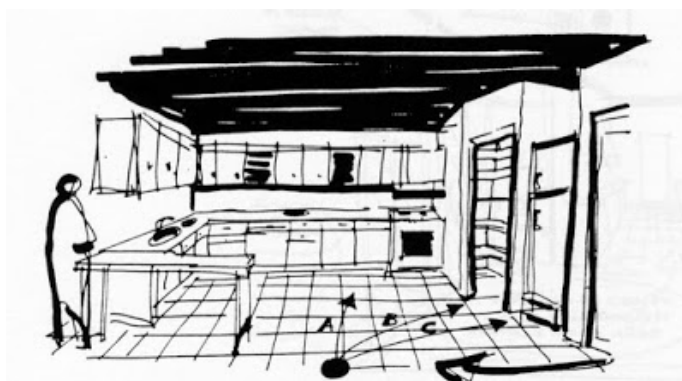
Segundo o referido autor, o novo factor na harmonização entre casa e modo de vida é o tempo-livre, que pode ser gozado em casa, atualmente, de variadíssimos modos; e assim lá ficamos nós com a ideia que, talvez, para servir a criação de espaços domésticos mais indutores de felicidade devemos organizar habitações estruturadas no sentido de uma verdadeira harmonização e mesmo dinamização mútua entre:

- (i) as “tradicionais” atividades domésticas;
- (ii) o trabalho profissional em casa (seja teletrabalho ou outro);
- (iii) e as múltiplas atividades e subactividades amplamente associáveis ao lazer doméstico – onde se incluam as “segundas atividades” ;

só assim poderemos ultrapassar boa parte da estrutura doméstica funcional que se pode considerar “clássica”, excessivamente rígida, hierarquizada e rudemente uniformizada, que precisa de ser ainda muito mais profundamente escarpelizada em estudos teórico-práticos.

E se juntarmos a esta perspectiva de uma habitação desenvolvida como centro de amplo lazer doméstico, a ideia, igualmente coerente e exigente de uma habitação sede de vários tipos de trabalho não doméstico, teremos as tradicionais funções da habitação a retirarem-se para uma expressão minimizada, isto desde que estejamos numa lógica espacial equilibrada, em que devemos harmonizar e distribuir com parcimónia uma totalidade de metros quadrados.

Mas não tenhamos qualquer dúvida de que esta renovada perspectiva de estruturação e de conteúdos domésticos espaço-funcionais, que se diga ficou bem evidenciada com o “super-uso” da habitação nos meses da pandemia, pode e deve levar a expressivas inovações à tradicional-funcional habitação, direcionando-as para estruturações muito mais marcadas por uma versátil e dinâmica microfuncionalidade, ela própria caracterizada por “velhas” e novas misturas e alianças funcionais, por vezes estranhas “à primeira vista”, mas depois agradavelmente adequadas e estimulantes – e um exemplo, entre muitos possíveis, deste desenvolvimento é dado por uma cozinha ligada à sala e contígua a uma pequena zona de trabalho profissional e/ou de estudo (exemplo este que foi observado num programa de televisão).



*Fig. 03: as "velhas" questões da(s) funcionalidade(s) domésticas podem ter (i) uma consideração básica associada a entender-se serem ainda raras as situações em que há uma previsão verdadeiramente eficaz de tais funcionalidades e não numa perspetiva de uma funcionalidade "parada no tempo" e muitas vezes ligada aos estudos funcionais rígidos e incompletos do passado século, e (ii) deve ter uma "nova" consideração, flexível e "aberta", devidamente harmonizada com novos modos de vida e de relação entre casa e diversos trabalhos; isto para lá dos aspetos associados à exigência de um excelente projeto de arquitetura como único elemento que poderá verdadeiramente validar uma organização doméstica que deverá vir a ser muito marcada por uma versátil microfuncionalidade.*

### **3.1. Novas funcionalidades habitacionais**

Naturalmente que novas funções residentes no espaço doméstico obrigarão, provavelmente, a um acréscimo de compartimentos, ou, em alguns casos, a algum acréscimo de área e a um acréscimo de zonas e recantos específicos no leque

corrente dos espaços domésticos, gerando-se soluções habitacionais que se poderão caracterizar, objectivamente, por tipologias intermédias (ex., sala que se prolonga por um espaçoso recanto, relativamente autónomo, com cerca de 6m<sup>2</sup>); estaríamos, assim, em presença, por exemplo, de um T3+.

E sublinha-se que esta possibilidade teria grande interesse na diversificação da oferta de soluções domésticas, pois este tipo de incremento poderia recair na sala, na cozinha, em um dos quartos, numa varanda que assim se transformaria em terraço e, até, numa casa de banho que assim seria promovida ao estatuto de uma verdadeira “sala de banhos”; e nada disto é criticável pois poderemos assim aproximarmo-nos muito mais fielmente do modo de querer habitar de muitas pessoas.

E em todo este desenvolvimento fica cada vez mais evidenciada a necessidade de existir um excelente projeto de arquitetura, que é a única possibilidade de se avançar neste sentido de uma forma racional e espacialmente equilibrada; e podemos mesmo defender que este caminho está apenas aberto à boa Arquitectura.

## **3.2. Funcionalidade doméstica básica e facilidade de manutenção**

E nesta pequena viagem pelo modo de fazer melhores habitações, mais diversificadas e adequadas a mais pessoas, deixámos para o fim algumas referências à funcionalidade e à segurança nos espaços domésticos; e deixámos estas notas para o final, porque consideramos que há já muitos estudos sobre estas matérias e porque, existindo tais estudos, e sendo os seus aspectos fácil e, por vezes, obrigatoriamente implementados não faria sentido estar aqui a fazer qualquer síntese de tais assuntos.

Segundo Claude Lamure, a facilidade de manutenção deveria estruturar, tanto a disposição relativa entre paredes e equipamentos, deixando livres espaços mínimos para que a limpeza se faça com facilidade, como a escolha dos tipos específicos de pavimentos e revestimentos, de acordo com critérios de facilidade de limpeza e de não evidenciação da sujidade (ex., uma má solução é a escolha de um revestimento de piso com acabamento "branco brilhante" para "zonas húmidas" e/ou muito usadas, porque têm sempre uma aparência suja e, mais tarde, “riscada” devido à frequência das limpezas e tipo de acabamento superficial). (4)

Já escrevi este último parágrafo há alguns anos (“Do bairro e da vizinhança à habitação”, LNEC, ITA 2) e ele continua a encerrar todo um conjunto de ideias

fundamentais para podermos ter habitações que verdadeiramente nos satisfazem, porque são simples de usar. Mas devo fazer aqui uma referência para a necessidade imperiosa de, nos dias de hoje, conceber habitações em que as funções domésticas “obrigatórias” (cozinhar, tratar a roupa, limpar e arrumar a casa) possam ser realizadas com um mínimo de esforço e com uma eficácia máxima durante uma vida útil da habitação que seja muito extensa; isto é, hoje em dia, fundamental e não pode haver quaisquer transigências nesta matéria, pois não há desculpas para um técnico não conhecer todo o completo compêndio de soluções e de alternativas de soluções que descrevem, pormenorizadamente, como cumprir este pacote de exigências funcionais; quando muito, entre o corpo regulamentar e recomendativo e o mundo de informação editado em papel e disponível na [www](http://www), a relativa dificuldade estará na escolha da melhor informação.

#### **4. Acessibilidade doméstica**

Outras duas matérias obrigarão a uma atitude técnica em boa parte idêntica à que acabou de ser referida para os aspectos funcionais, mas são merecedoras, já de seguida, de uma atenção específica: trata-se dos aspectos de acessibilidade e uso doméstico por pessoas condicionadas na sua mobilidade e dos aspectos de segurança.

No que se refere à previsão das condições domésticas específicas para pessoas condicionadas na sua mobilidade elas estão regulamentadas, mas poderão ser desenvolvidas de uma forma mais elaborada:

- Seja em todos os aspectos que facilitem as condições de melhor funcionalidade doméstica, para todos nós e especificamente para idosos com eventuais deficiências na respectiva autonomia, tal como foram acima apontadas (super-eficácia no conjunto de funções “obrigatórias” e suplementares, mas ligadas a uma adequada caracterização da solução); e considera-se ser esta a opção a aprofundar e aplicar de forma o mais generalizada possível.
- Seja em habitações e intervenções habitacionais concebidas objectivamente para pessoas com problemas de mobilidade, ou outros problemas (ex., mentais), e onde será possível levar a concepção a um apuro de pormenor capaz de poder fazer um pouco mais felizes as pessoas que têm a infelicidade de serem portadoras dessas deficiências; dimensões, tipos de mobiliário e de equipamentos, texturas, capacidade de limpeza rápida, cores, vistas interiores e exteriores estratégicas,



nível de “inteligência” e de automatismo na gestão do interior doméstico e nas tecnologias de comunicação, são todas áreas onde é possível intervir para fazer melhores habitações para muitas pessoas.

## **5. Segurança doméstica**

Finalmente, no que se refere aos aspectos de segurança doméstica e utilizando, em boa parte, um conjunto de notas elaboradas para um trabalho do LNEC, há que contemplar as seguintes áreas de trabalho:

- Segurança contra riscos de incêndio no interior da habitação; por previsão da sua evacuação (segundo a regulamentação existente).
- Segurança relativamente aos riscos de queda através dos vãos exteriores e em espaços exteriores privados e elevados; utilizando bases de referência existentes na documentação e no corpo regulamentar de diversos países europeus.
- Segurança contra intrusões, sem que se converta a imagem da habitação na de uma fortaleza, fechada e gradeada; o que seria uma situação muito pouco congruente com a índole acolhedora e firmemente seletiva, mas aberta, que deve caracterizar o aspecto exterior de uma habitação. É de considerar, ainda, que os pisos térreos, sendo aqueles que têm de ser mais protegidos, são os mais diretamente observados por grande número de habitantes; e logo, uma sua imagem gradeada ou entaipada afectará muita gente.
- Segurança doméstica por boa adequação funcional aos vários tipos de utentes. É importante considerar que os cuidados de espaciosidade suplementar, de clarificação e facilitação funcional e de segurança suplementar com as crianças têm também utilidade para os adultos com deficiências físicas e psicológicas e para os idosos; que também têm dificuldade em alcançar e levantar objetos, tendência para escorregar em escadas, etc. Por outro lado os idosos também exigem, em princípio, espaço suplementar e zonas amplas e desimpedidas, de certo modo para substituir as faculdades de reação mais rápidas e o vigor que foram perdendo. E nesta matérias é importante ter em conta que tais cuidados devem ir até um elevado nível de pormenor (ex., a simples mudança de cor de um pavimento pode constituir uma barreira traiçoeira para uma pessoa com deficiência na visão, que pode julgar que se trata de uma diferença de nível).

Mas, repete-se, que estes tipos de matérias estão devidamente apresentados em estudos e em regulamentos específicos, cuja consulta e cumprimento são, naturalmente, essenciais para quem projeta habitação.

Aqui, a ideia é apenas registar a sua existência, pois aqui estamos concentrados nas muitas matérias que se têm deixado, essencialmente, ao livre arbítrio e á maior ou menor capacidade de projetar Arquitectura de quem tem a responsabilidade de conceber uma dada habitação.

E afinal não se trata apenas de tratar um pouco daquilo que poucos têm tratado, mas também, tal como aponta Gilles Barbey:

"de prestar mais atenção aos aspectos menos evidentes e mais afectivos da habitação, porque eles podem incluir os significados mais profundos e as influências mais fortes sobre o nosso comportamento". (5)

## **Algumas notas “pré-conclusivas”**

Pensou-se, assim, um pouco, sobre a importância do conforto ambiental e da integração paisagística de proximidade, assim como da força imaginativa dos nossos mundos domésticos, numa dupla perspectiva que nos poderá garantir uma habitação agradável e imaginativa.

Em tudo isto não nos podemos limitar aos aspetos habitacionais que se podem caracterizar como específica e "exclusivamente" funcionais, que serão, sempre, afinal, aqueles mais fáceis de considerar, pois podemos até já imaginar ferramentas informáticas de apoio ao projeto de arquitetura em que estas matérias estritamente funcionais/dimensionais, eventualmente associadas a matérias regulamentares ligadas, por exemplo, a aspetos de acessibilidade e segurança, possam ser já contempladas de forma relativamente "automatizada".

O que será sempre mais difícil, mas também mais estimulante é associar tais aspetos de "funcionalidade" e "espaciosidade" aos outros múltiplos aspetos de concepção arquitectónica, visando-se a satisfação ampla e diversificada de quem habita e usa os espaços projetados.

## **Notas:**

(1) Jacqueline Palmade; Manuel Perianez, "Des HLM à la Conquete de l'Espace", pp. 46 e 47.

(2) Claire e Michel Duplay, "Methode Illustrée de Création Architecturale", pp. 141 e 142.

(3) Loic Julienne, "Du Logement Consolidé à d'autres Habitats", p. 43.

(4) Claude Lamure, "Adaptation du Logement à la Vie Familiale", pp. 194 e 195.

(5) Gilles F. Barbey, "Man-Environment Interactions, Evaluations and Applications- Part3, Anthropological Analysis of the Home Concept: Some Considerations Based on the Intrepretations of Childrens' Drawings", p. 149.

**O presente artigo corresponde a uma edição ampliada, modificada e revista do artigo que foi editado na Infohabitar, em 29/06/2014, com o n.º 489 e integrado no ciclo editorial associado aos anos em que o autor esteve ausente do LNEC para ser professor na UBI.**

## **Referências editoriais:**

**1.ª Edição: Infohabitar, Ano XVI, n.º 758, terça-feira, dezembro 08, 2020**

**Link para a 1.ª edição: <http://infohabitar.blogspot.com/2020/12/ligacao-direta-clicar-para-725-artigos.html>**

**Etiquetas/palavras chave: habitação, funções da habitação, microespaços domésticos, ambientes domésticos, espaços domésticos, novas organizações domésticas, estruturar a habitação**

Nota editorial da Infohabitar:

*Embora a edição dos artigos na Infohabitar seja ponderada, caso a caso, pelo corpo editorial, no sentido de se tentar assegurar uma linha de edição marcada por um significativo nível técnico e científico, as opiniões expressas nos artigos e comentários apenas traduzem o pensamento e as posições individuais dos respectivos autores desses artigos e comentários, sendo portanto da exclusiva responsabilidade dos mesmos autores.*

# **Infohabitar**

**Editor: António Baptista Coelho**

*Arquitecto – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa –, doutor em Arquitectura – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto –, Investigador Principal com Habilitação em Arquitectura e Urbanismo – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.*

[abc.infohabitar@gmail.com](mailto:abc.infohabitar@gmail.com), [abc@lnec.pt](mailto:abc@lnec.pt)

***A Infohabitar é uma Revista do GHabitar Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional Infohabitar – Associação atualmente com sede na Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE) e anteriormente com sede no Núcleo de Arquitectura e Urbanismo do LNEC.***

***Apoio à Edição: José Baptista Coelho - Lisboa, Encarnação - Olivais Norte.***